

## **REQUERIMENTO Nº 796, DE 2015**

Em conformidade com as disposições do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, conjugadas com os termos dos arts. 215, inciso I, alínea *a*, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do Requerimento nº 31, de 2015 – CI, de 20 de maio de 2015, que visa à avaliação do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), com ênfase nas questões de abastecimento, energia e saneamento básico no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), requeiro que sejam solicitadas ao Ministro de Estado de Minas e Energia as seguintes informações:

- a. Como o Ministério de Minas e Energia (MME) compatibiliza o Plano Plurianual com os planos setoriais, como o Plano Decenal de Expansão de Energia? Existe estudo ou documento congênere que demonstre tal compatibilização? Caso positivo, solicito o encaminhamento do estudo.
- b. O MME faz algum acompanhamento dos Planos Decenais, em relação ao planejado e ao realizado, e avalia a qualidade das previsões feitas nos 3, 5 ou 8 anos anteriores? Caso positivo, encaminhe-o.
- c. No ano corrente, o MME está realizando estudos para efetivar a revisão ordinária das garantias físicas das centrais geradoras hidrelétricas. Esse processo envolve a revisão da metodologia e modelos computacionais adotados para o cálculo de garantia física? Os outros usos da água afetam o cálculo? Caso positivo, encaminhe os estudos já elaborados.
- d. De que forma o Custo Marginal de Expansão (CME) afetará a revisão das garantias físicas das centrais geradoras? Existe estudo sobre a sensibilidade da garantia física em relação à variação do CME? Caso positivo, encaminhe-o.
- e. Ainda sobre o cálculo do CME, em face de sua importância, o MME dispõe de mecanismo de consulta pública para que

houvesse participação dos agentes do setor elétrico e da sociedade civil? Caso positivo, quais foram os eventos relacionados? Encaminhe-nos a análise das contribuições dos agentes

- f. Como o MME avalia o equilíbrio entre oferta de garantias físicas e oferta estrutural do parque gerador instalado? Existe indicador específico sobre esse equilíbrio? Os outros usos da água afetam os cálculos? Esses dados são divulgados?
- g. O *Generator Scaling Factor* (GSF), associado à Garantia Física Global do Sistema Hidrelétrico Brasileiro, tem sido a causa de prejuízos ou de perdas financeiras de bilhões de reais dos Geradores Hídricos e tem motivado a judicialização dos que se sentem prejudicados por fazer parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O MME, que é responsável pelo cálculo das garantias físicas, tem utilizado uma metodologia na motorização das Usinas de Santo Antonio, Jirau e Belo Monte que tem causado discussões na Aneel e na Justiça. Solicito que seja informada à CI a metodologia utilizada nesses casos, a exemplo do caso da UHE Belo Monte, em que permite a outorga da Garantia Física praticamente integral da Usina na motorização da oitava unidade em um total de dezoito.
- h. O MME realiza estudo de viabilidade técnica e econômica para os empreendimentos de transmissão de energia elétrica? Os benefícios ao setor elétrico advindos dos empreendimentos em questão superam o custo com instalação e operação? Existe comparativo entre essas grandes obras e as alternativas? Existe estudo de viabilidade técnica e econômica para o 2º bipolo de escoamento da energia da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que está previsto para ser licitado em breve? Caso positivo, encaminhe à CI.
- i. O critério para expansão da transmissão tem evoluído nos últimos quinze anos? Quais os critérios utilizados hoje e quais não estavam presentes há 15 anos? Como o Plano Nacional de Recursos Hídricos mudou esses critérios? A escolha dos critérios levou em consideração seu custo e seu benefício, em

especial para as grandes interligações? Existe estudo que avalie essa questão? Caso positivo, encaminhe-o.

- j. As interligações internacionais construídas estão sendo efetivas para a integração energética com os países vizinhos? Existe estudo para aperfeiçoar seu uso e melhorar os resultados alcançados? Caso afirmativo, encaminhe-o.
- k. Quais projetos de integração energética entre o País e seus vizinhos? Especialmente sobre as usinas hidrelétricas Garabi-Panambi, qual o motivo do atraso para a continuidade do projeto?
- l. Qual a política de expansão do parque gerador de Usinas Termonucleares? Como o Poder Executivo pretende harmonizar a previsão de expansão com a falta de definição de novos sítios para a instalação dessas usinas?
- m. O Tribunal de Contas da União, em procedimento de auditoria operacional, apontou atraso sistêmico na implantação de centrais geradoras e de linhas de transmissão. Quais medidas foram adotadas para evitar que esses atrasos se repitam?
- n. Além da exigência de contratos entre fornecedores de combustíveis e termogeradores de energia elétrica para participação nos leilões para contratação de energia destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), quais instrumentos o MME tem adotado para assegurar o suprimento de combustíveis para geração de energia elétrica no País?
- o. Está previsto para ser realizado Leilão de Energia de Reserva (LER) para atendimento à ponta de carga. Contudo, de acordo com o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), o Sistema Elétrico brasileiro dispõe de condições estruturais para o abastecimento do País, com sobra estrutural de 8.213 MW médios para atender a carga prevista considerando risco de déficit de 5%. Em face dessa sobra estrutural, solicito o envio dos estudos que justificaram a necessidade de realização desse leilão.

- p. A participação de fontes renováveis com produção intermitente ou variável, como as fontes solar, eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas em algumas bacias hidrográficas, tem aumentado fortemente no Brasil. Além disso, o País contará com o efeito da ausência de novas hidrelétricas de grande porte com reservatórios, cujo maior exemplo é a hidrelétrica de Belo Monte. Dito isso, solicito que sejam enviados os estudos que avaliam o efeito da penetração destas novas fontes para a segurança energética, uma vez que elas apresentam grande variabilidade de produção tal como Belo Monte.
- q. Ao caminhar para a exaustão do aproveitamento do potencial hidráulico no território nacional, faz-se necessário que o país diversifique a matriz futura de energia elétrica. Quais fontes serão preponderantes após o aproveitamento do potencial hidrelétrico? Existem estudos a respeito do tema? Caso positivo, encaminhe-os.
- r. Quais medidas estão sendo adotadas para compensar a falta de expansão da capacidade de armazenamento de água em reservatórios para atendimento da carga do Sistema Elétrico Brasileiro?
- s. Dentro do arcabouço institucional, o Poder Público tem envidado esforços no sentido de evitar a cooptação dos tomadores de decisão por aqueles agentes afetados pelas políticas públicas. Acerca do tema, vale lembrar que os empregados vinculados aos agentes sob regulamentação ou fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) são proibidos de exercer cargo de direção dentro da agência. Questiono, por conseguinte, o que tem sido feito pelo MME para gerir o potencial conflito de interesses oriundo da atuação de empregados cedidos ao MME pelas empresas estatais do setor energético, como a Petrobras, a Eletrobras e suas subsidiárias?

## JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal dispõe em seu art. 70 sobre a função fiscalizadora do Congresso Nacional, estabelecendo a competência para fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta.

O Congresso Nacional e suas Casas dispõem, ainda, de mecanismos de fiscalização e controle, entre os quais podemos mencionar o encaminhamento de pedidos de informações aos Ministros de Estado pela Mesa do Senado Federal; no caso em tela para instruir a avaliação de políticas públicas.

O procedimento para avaliação de políticas públicas governamentais foi instituído por meio da Resolução nº 44, de 2013, que alterou o Regimento Interno do Senado Federal, prevendo a possibilidade de esta Casa Legislativa solicitar a órgãos do Poder Executivo informações e documentos a fim de viabilizar a atuação fiscalizadora em tela.

As informações ora solicitadas ao Ministério de Minas e Energia visam instruir a avaliação de políticas públicas no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que este ano elegeu dois temas para exercer seu poder-dever de avaliação sendo um deles voltado para três setores importantes da infraestrutura nacional, quais sejam: recursos hídricos, saneamento e energia.

Para além da avaliação das políticas adotadas, pretendemos analisar os investimentos feitos nesta área, destacando os avanços e desafios a serem enfrentados, com o objetivo de apresentar sugestões de aprimoramento da legislação específica.

Ante todo o exposto, submeto o presente Requerimento à apreciação dos meus pares, na expectativa da sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

*(À Mesa para decisão.)*